

## SEXUALIDADE E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: PROPOSIÇÃO DO TEMA NAS ESCOLAS<sup>1</sup>

*Patrícia Monteiro Lima CHAGAS<sup>2</sup>*  
*Edicléa Mascarenhas FERNANDES<sup>3</sup>*

**Resumo:** A incipiência de propostas pedagógicas sobre a temática sexualidade e pessoa com deficiência intelectual (DI) indica a necessidade de abordarmos o tema nas escolas, na busca de desenvolver competências e habilidades pautadas na formação integral do ser humano. Assim, buscamos promover este debate, considerando a escuta aos jovens e adultos com deficiência intelectual e propor o uso de um jogo pedagógico. Este estudo tem como referencial teórico a abordagem sócio-histórica, que concebe o desenvolvimento do ser humano em seus aspectos biológicos, intrínsecos ao indivíduo, conjuntamente aos aspectos circundantes do meio social, no qual o indivíduo está inserido, relacionando-se e interagindo. Utilizando a metodologia da pesquisa-ação e a técnica de coleta de dados grupo focal, levantamos as unidades de significado nas falas dos sujeitos, quinze alunos jovens e adultos com DI e quatro professoras especialistas em Educação Especial, de um centro de educação profissional para pessoas com deficiência intelectual, no estado do Rio de Janeiro. Os resultados apontam conhecimento muito fragilizado sobre a temática, gerando a elaboração de um jogo lúdico que atende ao paradigma de suporte da *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities* (AAIDD). Concluímos que a questão da sexualidade da pessoa com DI é pautada ora no aspecto de infantilização e negação, ora na visão de sujeito que não possui sexualidade. Entendemos a relevância da ampliação do estudo no campo educacional, tendo em vista a efetivação de reflexões acerca do direito que as pessoas jovens e adultas com deficiência intelectual têm de viver sua sexualidade.

**Palavras-chave:** Educação. Sexualidade. Inclusão. Pessoa com deficiência intelectual.

<sup>1</sup> Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 03/07/2017, no Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão – CMPDI/Universidade Federal Fluminense - UFF-RJ.

<sup>2</sup> Mestre em Diversidade e Inclusão – CMPDI/UFF. Pedagoga/UEPA. Psicopedagoga Institucional com ênfase em Educação Especial e Clínica pelas Universidades Veiga de Almeida e FAMATH. Especialista em Educação Especial/UNIRIO. Especialista em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social/UFF. Professora de Educação Especial - FAETEC/RJ. E-mail: tricimonteiro@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Doutora em Ciências na Área de Saúde da Criança e da Mulher/FIOCRUZ. Mestre em Educação/UERJ. Graduada em Psicologia/UFRJ. Graduada em Pedagogia/UNIGRANRIO. Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professora convidada do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão/UFF. E-mail: professoraediclea.uerj@gmail.com

## SEXUALITY AND THE PERSON WITH INTELLECTUAL DISABILITY: PROPOSAL OF THE THEME IN SCHOOLS

**Abstract:** The incipience of pedagogical proposal about sexuality and the person with intellectual disability (ID) indicates the need to address this issue in schools, in the search for development of skills and competencies in the integral formation of the human being. Thus, we seek to promote this debate, considering the voice of the young people and adults with intellectual disabilities and propose the use of a pedagogical game. This study has as theoretical reference the socio-historical approach, which conceives the development of the human being in its biological aspects, intrinsic to the individual, together with the surrounding aspects of the social environment, in which the individual is inserted, relating and interacting. Using a methodology of action research and focus group as a form of data collection, we have some units of meanings in the speeches of those subjects, fifteen young and adult students with ID and four teachers of Special Education, from a vocational training center for people with disabilities in the state of Rio de Janeiro. The results point to a very weak knowledge about the subject, generating a playful game that meets the support paradigm of the American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD). It concludes that the topic of sexuality of the person with Intellectual Disability is presented as denied and infantilized or as if it does not exist. We understand the relevance of the broadening of the theme in the education, considering the effectiveness of reflections on the right that young and adult people with intellectual disabilities have to live their sexuality.

200

**Keywords:** Education. Sexuality. Inclusion. Person with intellectual disability.

### 1 Introdução

A educação em uma perspectiva dialética está relacionada ao processo de transformação social, adquirindo uma dimensão política. Pensar sobre o espaço de construção de representações e identidades que é a escola e o currículo implica pensar, também, sobre o papel do educador e educando no contexto social e educacional. Assim, a representação construída em torno da pessoa jovem e adulta com deficiência intelectual, neste estudo, considera opiniões, os conhecimentos prévios, atitudes, experiências, sentimentos, dúvidas, necessidades, etc., sendo a escola local de investimento e participação efetiva dos sujeitos nela inseridos, considerando os aspectos sociais, afetivos e cognitivos das relações humanas.

A análise do currículo escolar na proposição do tema educação sexual permite a percepção de que este abarca discussões sobre os aspectos biológicos do corpo humano, sem enfatizar a sexualidade. A revisão dos estudos recentes, Lipp (1986); Maia e Ribeiro (2010); Bastos e Deslandes

(2005); Oliveira e Maio (2011); Silva e Maia (2013); Leme e Cruz (2008); Maia e Marques (2013) e Pinheiro (2004), permite percebermos que ainda há muitos mitos em relação à sexualidade da pessoa com deficiência intelectual e que, portanto, é fundamental que o tema seja proposto nas escolas em espaços de discussão que abordem temas como relacionamento (namoro, casamento, união, etc.), autocuidado, desafios e responsabilidades na vida adulta, métodos contraceptivos, partes genitais do corpo feminino e masculino, puberdade, abuso sexual, relação sexual, entre outros.

Ao considerarmos as especificidades no desenvolvimento de uma pessoa com deficiência intelectual, uma referência fundamental encontra-se nas contribuições de Vygotsky (1993) quando este autor, em sua abordagem sócio-histórica, concebe o desenvolvimento do ser humano considerando aspectos biológicos, intrínsecos ao indivíduo, conjuntamente aos aspectos circundantes do meio social, no qual o indivíduo está inserido, relacionando-se e interagindo.

Para que fosse pesquisada a proposição do tema sexualidade na escola, resultando na produção do jogo, utilizamos a pesquisa-ação, elencando um pré teste que demonstrasse conhecimentos prévios dos envolvidos e a técnica de coleta de dados denominada grupo focal, pois o problema investigado exigia que os docentes e alunos jovens e adultos com deficiência intelectual (DI), explanassem sobre o assunto. Isto permitiu conhecer com mais detalhes suas opiniões, conceitos, impressões, dúvidas, entre outros fatores. O público da pesquisa envolveu quatro professoras especialistas em Educação Especial, tendo de 07 a 20 anos de docência; e quinze alunos com idades entre 18 e 35 anos, 09 do sexo masculino e 06 do sexo feminino, todos com termos de consentimento das famílias.

Entendemos como relevante a participação das professoras durante a dinamização dos grupos focais, considerando a necessária reflexão docente acerca das possibilidades, dúvidas e incertezas que não somente são percebidas nas falas e ações dos sujeitos jovens e adultos com DI, mas também no próprio professor, que para dar conta de sua prática docente, precisa desconstruir ou (re)construir saberes em relação a temas ligados à sexualidade. Destacamos que não foi registrado nenhum momento de incerteza ou inibição em decorrência da presença das docentes. As mesmas propuseram debates fundamentais para a posterior produção do jogo.

A organização dos grupos focais se deu na escola lócus da pesquisa, uma instituição pública, especializada em educação profissional para jovens e adultos com deficiência intelectual, objetivando contextualizar as discussões acerca do tema sexualidade, considerando o paradigma de suporte, confrontando e analisando os discursos, a fim de que os temas abordados integrassem o jogo pedagógico. Foram realizadas onze sessões de grupos focais, com duração de 2h, envolvendo participantes dos dois turnos nos quais a escola funciona (manhã e tarde), portanto, dois grupos, mediadas pela pesquisadora. As sessões de grupos focais foram gravadas (gravação de voz), com o intuito de levantar as unidades de significado nas falas dos sujeitos.

Os disparadores utilizados nos grupos focais pautaram-se no método de resolução de problemas PENTA, que Segundo Sánchez e Gómez (2007) é um programa que auxilia na elaboração mental para resolução de problemas da vida diária, sendo P = Problema; E = Elaboração de alternativas positivas e negativas; N = Negociação; T = Tomada de decisão e A = Avaliação. Nesta proposta, os participantes refletiram sobre onze situações-problemas, levantadas a partir de dúvidas acerca do tema, registradas pela pesquisadora durante aplicação do pré-teste, expressando-se verbalmente. Quando houve necessidade, prontamente adaptamos o discurso encontrado nas situações-problemas à linguagem e atitude do sujeito. As temáticas abordadas incluem: sexualidade, sexo e relação sexual; afeto e relações; vida adulta e o corpo; inibição social e freio social; namoro; segurança pessoal, autodefensoria e autogerenciamento. Os problemas introdutórios a cada grupo focal a partir do método PENTA foram criados considerando os propósitos de discussão pertinentes ao tema sexualidade e pessoa jovem e adulta com deficiência intelectual.

Assim, foi possível identificar no discurso dos sujeitos, considerando a participação nos grupos focais, temas relacionados à sexualidade. Com isto, foi produzido um jogo pedagógico, intitulado Sexualidade nas Trilhas da Inclusão, desenvolvido junto a professores especialistas em Educação Especial e alunos jovens e adultos com deficiência intelectual. O mesmo considerou o paradigma de suporte da Associação Americana de Deficiência intelectual e Desenvolvimento (AAIDD, 2010), procurando atender ao conteúdo curricular sobre sexualidade humana.

Neste entendimento, busca-se efetivar uma proposta educacional de caráter propositivo, pautada em concepções e princípios que enfatizam a convivência e a aprendizagem na diversidade como melhor forma para a construção do conhecimento, promoção da cidadania e afirmação da democracia social.

## **2 A pessoa jovem e adulta com deficiência intelectual e sexualidade: implicações ao traçar caminhos possíveis**

Ao longo dos anos, o campo de estudos voltado à formação de professores tem se constituído no debate propositivo em busca de uma educação pública, de qualidade, que atenda a diversidade presente na escola. Segundo Vitaliano e Manzini (2010), duas concepções descrevem o professor do século XXI: a que o compreende como técnico-especialista comprometido em dominar e aplicar o conhecimento científico para dar conta da prática docente; e a que o considera um profissional autônomo, reflexivo, capaz de tomar decisões e de criar, durante seu próprio agir, diversas possibilidades pedagógicas para atender as necessidades que emergem do cotidiano escolar.

Nesse sentido, esta pesquisa se coloca em consonância com este professor que cria durante seu próprio agir, na medida em que compreende que teoria e prática são fatores indissociáveis ao contexto educacional. No

que se refere à escolarização de um aluno com deficiência intelectual, cabe ao professor, em um contexto inclusivo, compreender a necessidade de prover adaptações curriculares que contemplem acesso ao currículo, como fator fundamental ao processo de ensino-aprendizagem, pois será na percepção dos conhecimentos prévios, experiências vividas, necessidades e dúvidas, considerando a interação com objetos, meio físico e pessoas, que se dará a experimentação de mundo para este aluno.

Considerando a premissa de que os alunos jovens e adultos com deficiência intelectual têm direito aos saberes promovidos na escola, entendemos que o currículo define o caminho desta escola, permitindo aos seus segmentos construir estratégias que possibilitem a (re)construção deste espaço como instrumento de valorização do ser social, com vistas ao pleno exercício da cidadania.

Segundo Maia e Ribeiro (2010), é visível que os cursos de formação em licenciaturas e Pedagogia desconsideram ou minimizam o tema da sexualidade e da educação sexual em seu currículo formador. Diante disto, é imprescindível que a educação, e neste caso mais especificamente a Educação Especial, se atente para a necessidade de formação acadêmica do professor, inicial e continuada, inserindo em suas propostas curriculares programas de educação sexual, uma vez que haverá o encontro dentro dos muros das escolas com um público jovem e adulto cheio de dúvidas e expectativas.

Essa pesquisa preconiza que a pessoa com deficiência intelectual é capaz de elaborar conceitos acerca do tema sexualidade a partir de suas vivências, sentimentos e necessidades, permitindo a sociedade eliminar a concepção de negação ou repressão em relação à sexualidade da pessoa com deficiência intelectual, fato que sempre estigmatizou e inferiorizou esta população a partir de mitos e crenças infantilizantes ou exageradas. Nas escolas, caberá ao professor prever adequações e uso de recursos na apresentação do tema sexualidade, considerando o aluno com deficiência intelectual sujeito capaz de refletir e opinar sobre sua sexualidade.

Assim, o estudo encontra-se em consonância com os objetivos delineados pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e de Desenvolvimento (AAIDD, 2010), principalmente quando esta expressa a necessidade de se promover o desenvolvimento de uma sociedade que inclua integralmente pessoas com deficiência intelectual, garantindo todos os direitos humanos, igualdade, dignidade individual, escolha e respeito. O paradigma de Suporte da AAIDD (2010) aborda aspectos para além da defasagem cognitiva, a partir de considerações acerca das capacidades, habilidades funcionais e suportes oferecidos como promotores do desenvolvimento.

A partir destas considerações surge a proposição de um jogo físico, como suporte, pautado em estudos que discorrem sobre o fato de que reconhecidamente jogos são recursos que oportunizam ao aluno o desenvolvimento de competências e habilidades, estimulando as múltiplas inteligências, o estímulo à curiosidade, melhorando a concentração e

atenção, a autonomia e a autoconfiança, entre outros aspectos. No contexto educacional inclusivo, quando o professor apresenta um conteúdo e opta por promover adequações com uso de recursos que apresentem o novo conhecimento a partir de jogos, observa-se que esta prática possibilita ao estudante vivenciar o conhecimento a partir de uma maior interação com o conteúdo e com os demais colegas de sala de aula.

Para Vygotsky (1991), o fazer educacional que desperta e internaliza nos alunos processos internos de aquisição do conhecimento, acaba por promover o desenvolvimento independente do educando. No encontro entre o ser/fazer do professor e o ser/conhecer do aluno, em uma proposta didática pautada na ludicidade, se estabelece a reinvenção do fazer educacional pautado em práticas inclusivas que atendam as especificidades do aluno jovem e adulto com deficiência intelectual, a partir de uma experiência compartilhada.

Diante do exposto, esta proposta de estudo sobre sexualidade e a pessoa jovem e adulta com deficiência intelectual pautada em atividades lúdicas, busca se inserir como diferencial na educação, especialmente na reformulação e vivência de um currículo que promova o aprendizado, a partir do reconhecimento do direito legítimo de todo ser humano a conhecer-se, intensificando seus significados sociais para o avanço das experiências.

### 3 Resultados e Discussões

Considerando as situações-problemas apresentadas nos PENTAS, como disparadoras nos grupos focais e a revisão da literatura, foi possível levantar categorias e subcategorias de análise do discurso, que permitiram as considerações a seguir.

Nas situações-problemas sobre sexo, sexualidade e relação sexual, percebeu-se que os participantes têm dúvidas e falta de informação acerca dos conceitos. Não fizeram distinção entre os conceitos de sexo, sexualidade e relação sexual. Diante disto, buscou-se definir os conceitos. Muitos dos jovens e adultos com deficiência intelectual não souberam usar corretamente os termos masculino e feminino, com mais apropriação dos termos homem e mulher.

A análise proposta ao grupo partiu do pressuposto vislumbrado em Justo (1998), quando afirma que a sexualidade inclui todos os aspectos da vida humana, que se relacionam com a importância do ser humano indivisível. A sexualidade inclui a área central das relações humanas, carinho, sensualidade, erotismo, todos os fenômenos que influenciam a vida humana. Inclui ainda a sexualidade genital – relação sexual. Quanto ao sexo, para a autora, a consciência da personalidade inclui a consciência do próprio sexo, sendo importante os sujeitos se sentirem como homens e mulheres, podendo expressar suas características típicas, sua sexualidade.

Na situação-problema sobre uso de preservativo, foi possível observar que a maioria dos participantes diz conhecer ou já ter ouvido falar sobre o preservativo masculino (camisinha), mas não relatam fazer uso, indicando

que camisinha é um assunto proibido em casa. Desconhecem a camisinha feminina, e apenas uma aluna relatou que já ouviu de uma médica no posto de saúde. Isto permite considerarmos que tais conhecimentos precisam fazer parte da vida dos jovens e adultos com deficiência intelectual, sendo abordado curricularmente na escola e em espaços terapêuticos, e mais ainda, nas famílias.

Justo (1998) afirma ser a sexualidade um bem que deve ser administrado por seu proprietário e que, administrar significa cuidar, ser responsável, explorar com atenção as possibilidades daquilo que se possui. Neste entendimento, torna-se primordial que informações corretas aliadas ao trabalho de autoconhecimento e de reflexão sobre a própria sexualidade sejam dadas as pessoas jovens e adultas com deficiência intelectual, no intuito de ampliar a consciência sobre os cuidados que cada um deve ter com seu corpo, de uma maneira integral.

Outra situação-problema apresentada aborda o tema masturbação. Os participantes, de maneira geral, deram contribuições pertinentes sobre o tema, apesar da inabilidade no uso de alguns termos, verificada em todos os grupos focais, tais como: masturbação, vagina, pênis, espermatozóide, óvulo, ejaculação. Ao pronunciar estes termos foi possível perceber inibições, falas relacionadas a ser um assunto proibido, desconhecimento, desconforto ou ainda, ataques de riso diante de um assunto tratado como tabu, por parte dos jovens e adultos com deficiência intelectual.

De acordo com Leme e Cruz (2008) a palavra masturbação tem uma conotação negativa, cercada de pré-conceitos como: aumento de pêlos na mão, de que é pecado, que causa debilidade, aumenta a acne, etc. Para as autoras, quando a puberdade chega ocorre o “aumento dos hormônios sexuais, acompanhados pelos impulsos e estímulos sexuais que, nessas circunstâncias, torna a masturbação uma consequência natural do desejo” (LEME; CRUZ, 2008, p. 33).

Neste entendimento, é muito importante que família e escola estejam atentas diante de um jovem ou adulto com deficiência intelectual que recorre inapropriadamente, seja em público ou recorrentemente, à masturbação. Isto pode indicar “poucas oportunidades de socialização e de obtenção de prazer” (LEME; CRUZ, 2008, p. 33). E ainda, a falta de espaço com privacidade, como se a manifestação do desejo sexual fosse inexistente e proibida.

Portanto, a orientação para as pessoas jovens e adultas com deficiência intelectual sobre a masturbação deve considerar a preservação da intimidade, da privacidade, o cuidado com o corpo e explicação sobre o que é permitido em local público e o que é permitido em local privado. Para Silva e Maia (2013), o importante é mostrar que o problema está no local onde se manifesta a manipulação dos órgãos sexuais, que pode não ser apropriado para isto, e não o fato de ocorrer o autoerotismo.

Situações-problemas relacionadas à identificação do papel da família e diálogo foram amplamente encontradas nas falas dos participantes, demonstrando que poucos conversam com as famílias. A situação-problema

sobre gravidez também trouxe à tona a dificuldade que os participantes têm em relação ao diálogo com a família na busca por ajuda para diluir uma quantidade enorme de dúvidas. É preciso destacar que algumas orientações específicas precisam ser dadas pela família. Em todos os momentos que surgiram dúvidas nas quais seria imprescindível o olhar da família, o participante foi estimulado a buscar o diálogo, o encontro com algum integrante da família, inclusive com relato da pesquisadora de que todas as famílias haviam consentido na participação dos sujeitos ali presentes e que estavam contentes em saber que trataríamos assuntos ligados à sexualidade, por entenderem como algo importante para suas vidas.

Leme e Cruz (2008) identificaram em pesquisa com responsáveis de jovens com deficiência intelectual, que os mesmos consideram importante fornecer educação sexual a seus filhos, que precisam de ajuda para esta tarefa, mas nem todos confiam esta responsabilidade à escola, temendo interferências quanto a valores familiares e religiosos. Este dado aumenta a responsabilidade das escolas na proposição do tema sexualidade e pessoa jovem e adulta com deficiência intelectual, sendo imprescindível a formação e informação adequada por parte dos professores, para inclusive criar junto às famílias um clima colaborativo, de confiança, motivação e interação, satisfatório para todos os envolvidos.

Outras situações-problemas apresentadas nos grupos focais estavam relacionadas às alterações que acontecem no corpo da puberdade à fase adulta. Nestas também há destaque ao papel da família, e nenhum dos participantes disse ter tratado o tema em espaços escolares. Assim, na proposição da temática menstruação, percebeu-se que a maioria dos participantes, principalmente do sexo masculino, não tinha informações sobre o tema, inclusive alguns indicando, a princípio, que o assunto seria apenas para as mulheres. A abordagem buscou desconstruir tal ideia, a partir da busca pelo entendimento de que homens e mulheres convivem e que precisam se conhecer para entenderem um ao outro.

O tema acima trouxe muitas dúvidas, alguns alunos nunca tinham visto um absorvente externo e a princípio se mantiveram distantes dos absorventes disponibilizados para observação e manuseio, levados pela pesquisadora. Um dado que chamou atenção foi o fato de todos os participantes, homens e mulheres, nunca terem visto um absorvente interno, fato que causou muita curiosidade. Foi possível perceber que a temática foi absolutamente nova para alguns, inclusive com perguntas sobre se era possível o homem menstruar. Assim, o estudo evidenciou que nem todos os sujeitos, jovens e adultos com deficiência intelectual, conhecem o termo menstruação ou mesmo sabem do que se trata. Entre os que conhecem e têm algum entendimento sobre menstruação, mulheres em maioria expressiva, não relacionam a menstruação a uma função do corpo.

A integração família-escola, nos assuntos relacionados à sexualidade, fundamentalmente se estabelece a partir do diálogo, no intuito de se construir referenciais necessários a serem trabalhados em ambos os espaços, como parte do processo de formação e orientação às pessoas jovens e adultas



com deficiência intelectual. As falas dos sujeitos jovens e adultos com deficiência intelectual demonstram que o diálogo em casa tem sido pouco, ou nenhum. Não há escuta no que diz respeito às necessidades e desejos relacionados à vida como um todo, incluindo a sexualidade.

Oliveira e Maio (2011) trazem considerações acerca do mito perpetuado de que pessoas com deficiência intelectual são assexuadas e de que não são capazes de expressar sua afetividade e manter relacionamentos afetivos. A autora destaca que este entendimento contribui com a ideia de que a pessoa com deficiência intelectual é uma eterna criança. Em relação ao mito que considera essas pessoas hiperssexuadas, as autoras avaliam que nenhum tipo de ensino voltado à sexualidade é disponibilizado para que possam se comportar adequadamente em público. Assim, se não houver uma educação em relação à sexualidade, comportamentos no meio social sempre serão entendidos como inadequados.

O fazer docente das pesquisadoras envolvidas neste estudo, com grande vivência junto às famílias de pessoas jovens e adultas com deficiência intelectual, considerando escutas ao longo dos anos, permite relembrar ocasiões em que famílias expõem verbalmente a negação dos desejos e manifestações sexuais do filho(a) adulto(a), inclusive sempre utilizando o termo “crianças” para se referenciar ao filho(a) e colegas da escola; relato de uma mãe que diante da ereção do filho, pegou uma garrafa de água gelada na geladeira e derramou sobre o genital do mesmo, dizendo que não sabia o que fazer; relatos de famílias que ‘resolveram’ as questões da ‘sexualidade’ instalando aparelho de DVD no quarto do filho e providenciando filmes pornôs; entre outros.

A família é um grupo com seus próprios valores, o primeiro grupo social ao qual pertencemos, que em conjunto com o ambiente sociocultural, permite-nos construir uma identidade pessoal e social. O tema sexualidade e pessoa jovem e adulta com deficiência intelectual envolve uma amplitude de fatores, entre estes, a manifestação de desejos, relações que envolvem afeto, relações interpessoais, libido, genitalidade (produção do prazer incluindo os genitais ou órgãos genitais), vínculos afetivos, etc. Neste estudo, a grande maioria dos jovens e adultos com deficiência intelectual revela extrema dificuldade de conversar com os responsáveis sobre temas ligados à sexualidade. Muitos deixam claro que tais assuntos são proibidos ou negligenciados, acarretando desinformação, informação inconsistente ou fantasiosa, curiosidades, muitas dúvidas, medos e angústias.

Na situação-problema que abordou o tema segurança pessoal, fica evidente que a maioria dos participantes entendem que podem passar por riscos quanto à sua segurança pessoal. O conceito de Autodefensoria foi notado a partir de relatos que evidenciam como os participantes vêm se impondo no mundo e como tomam decisões. De acordo com documento do Projeto Sinergia (BRASIL, 2009), proposto pela Federação Nacional das APAES, a autodefensoria é um termo que abriga o conceito do envolvimento da própria pessoa com deficiência intelectual na defesa de seus direitos e na expressão de suas necessidades e no direito de participação da própria

pessoa, fazendo valer a sua opinião nas decisões que lhe dizem respeito e que, na maioria das vezes, poderão determinar a sua cidadania.

As temáticas sobre assédio sexual e abuso sexual surgem na fala de dois participantes, não ficando evidente se têm o domínio de seu significado. Expõem dúvidas sobre abuso sexual cometido contra homens, por terem a ideia de que apenas mulheres são abusadas sexualmente. A maioria dos participantes demonstrou ter algum conhecimento sobre o tema, inclusive identificando a situação de vulnerabilidade de outros alunos da Instituição de Ensino e destacando que através das redes sociais há possibilidade de se envolverem em situações perigosas.

A revisão da literatura nos mostra que a inexistência de uma educação sexual contribui gravemente com a violência (inicial ou perpetuada) a que muitas pessoas com deficiência, principalmente intelectual, podem ser submetidas. Para Kaufman, Silverberg e Odette (2003, apud MAIA; RIBEIRO, 2010, p. 165), “as pessoas com deficiência são mais facilmente vítimas de violência sexual do que aquelas que não vivem com deficiências”.

As temáticas: namoro, afeto e relações interpessoais surgiram em algumas situações-problemas apresentadas. É possível considerar que a maioria sabe o que é namoro, porém alguns entendem o namoro como algo à distância ou mesmo algo que não depende da aprovação ou conhecimento do outro. Há relatos de que nunca se sentiram amados. Ficou evidente, em relação ao namoro, a preocupação de alguns quanto a questões ligadas à fidelidade do casal, casamento e ciúmes.

Foi possível perceber na fala dos sujeitos que é mais comum que as relações de amizade e namoro estejam restritas aos colegas da escola, limitadas a pouco contato físico, considerando o ambiente escolar, passeios com supervisão dos pais, a pouca intimidade e sem relações sexuais. Também foi possível observar relatos de namoros que acontecem de maneira virtual, com uso de telefone e redes sociais e em algumas falas parecendo ser um namoro unilateral. É possível perceber tanto nas falas dos alunos, quanto na dinâmica do dia a dia da instituição lócus da pesquisa, dados que expõem dificuldades de uso assertivo das redes sociais, considerando comportamentos inadequados e exposição do corpo.

Nos temas namoro e gravidez, a fala de algumas participantes expõe relatos de preocupação das famílias sobre gravidez quando há namoro. Pinheiro (2004) avalia que a gravidez é uma preocupação dos pais, uma vez que consideram seus filhos incapazes de cuidar dos futuros filhos, destacando que seus estudos revelam um número expressivo de pais favoráveis à esterilização.

Os apontamentos de Maia e Ribeiro (2010) discorrem que no caso de pessoas com deficiência intelectual, a decisão de ter ou não filhos é mais difícil, é uma decisão que envolve os pais ou responsáveis. Na dinamização das situações-problemas que envolveram gravidez não houve referência de nenhum dos participantes ao incentivo das famílias à autonomia e responsabilidade para exercício de uma vida sexual, considerando prevenção a uma gravidez não programada.

Entre os jovens e adultos com deficiência intelectual desta pesquisa, principalmente do sexo masculino, há os que não demonstraram saber como se engravidar. Com afirmações fantasiosas, descontextualizadas ou incipientes, indicando que o que até agora lhes foi ensinado está muito aquém de suas necessidades.

Abordar assuntos relacionados à concepção, gravidez e parto, demandou a desconstrução de que seriam assuntos “feios”, “beteiras”, conforme a fala de alguns. A maioria teve grande dificuldade de se pronunciar, demonstrando pouco ou nenhum conhecimento acerca do tema. Foi necessária uma longa explicação sobre o assunto, com uso de recursos visuais para compreensão dos conceitos. De maneira geral ficou evidente o desconhecimento e/ou fantasias criadas por informações errôneas ou desconstruídas dada aos participantes ao longo de suas vidas, isto considerando os que tiveram algum tipo de informação, mesmo que inconsistente.

O tema freio social surgiu em algumas situações-problemas. Entendemos como freio social o olhar do outro objetivando reprimir uma atitude questionável, levando-os a pensar sobre seus direitos, o direito dos outros e atitudes que são aceitáveis em locais públicos e outras aceitáveis em locais privados. Maia e Ribeiro (2010) analisam que é a partir de regras nem sempre bem explicadas e esclarecidas, estabelecidas pelas diferentes culturas e sociedades, que as pessoas aprendem sobre o que seria desejável em relação à maneira com que devem se comportar em público. Este estudo corrobora com a ideia de que a pessoa jovem e adulta com deficiência intelectual deve ser informada sobre comportamentos aceitáveis em locais públicos, e assim conduzirem suas vidas e momentos vividos com autonomia, entendendo e escolhendo seus comportamentos em público.

A análise dos discursos no que se refere aos temas vida adulta e corpo, indica o (des)conhecimento e dúvidas dos jovens e adultos com deficiência intelectual sobre o corpo. Ao pensarem sobre seus corpos, puderam citar órgãos do corpo humano, porém, apresentaram grande dificuldade em dizer os nomes dos órgãos genitais masculinos e femininos. A única participante a citar uma função do órgão genital, se referiu à hora do parto.

Corroborando com as percepções analisadas nesta situação-problema, Pinheiro (2004) avalia o uso correto dos termos ligados ao estudo da sexualidade junto a jovens e adultos com deficiência intelectual e afirma que, sobre a discriminação das partes do corpo (vagina, pênis), há grande dificuldade de verbalização apropriada dos termos. Entre os participantes desta pesquisa verificou-se a busca por meios de não usar os termos, como se fosse errado, besteira, palavrão. Foi necessário desconstruirmos esta ideia, fazendo uma reflexão sobre nomes de órgãos que compõem o corpo humano e que, dentre estes, estão os órgãos genitais. Apresentaram grandes dificuldades ao serem levados a pensar sobre as diferenças entre o corpo do homem e da mulher.

As temáticas contracepção e doenças sexualmente transmissíveis, encontradas em duas situações-problemas, trazem algumas falas que

evidenciam que os sujeitos apresentam grandes curiosidades sobre o tema. Há relatos sobre a dificuldade de tratar o tema em casa, não havendo diálogo e consentimento da família na hora da aquisição da camisinha, na maioria dos casos. Uma preocupação foi abordar aspectos para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, porém, em nenhum momento, qualquer dos jovens e adultos com deficiência intelectual sugeriu algum tipo de doença sexualmente transmissível, apenas em um breve momento uma das jovens levantou consideração sobre este tema e a maioria demonstrou saber que camisinha é um meio de evitar a gravidez, tão somente.

Durante a dinamização dos grupos focais, considerando as proposições das situações-problemas apresentadas, é preciso destacar que em nenhum momento os participantes abordaram questões a respeito de homossexualidade ou identidade de gênero.

Stoffelen et al. (2013) apontam que os estudos a respeito da homossexualidade entre pessoas com deficiência intelectual são limitados, existindo poucos relatos destes indivíduos sobre experiências pessoais com identificação homossexual. Este estudo, realizado na Holanda, concluiu que alguns problemas específicos afetam a vida das pessoas homossexuais com deficiência intelectual, citando entre estes, a alta prevalência de experiências sexuais negativas, a falta de apoio da família, a falta de uma educação sexual, e a dificuldade no encontro de um parceiro adequado.

No Brasil, a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência sob o tema: Os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência: a transversalidade como radicalidade dos Direitos Humanos, aponta a partir de seu documento norteador (BRASIL, 2016) em seu eixo I (Gênero, Raça e Etnia, diversidade sexual e geracional), que a invisibilidade histórica, herança do modelo médico da deficiência, permite que as pessoas com deficiência frequentemente sejam vistas ou entendidas como um público homogêneo e/ou linear, quase sempre desconhecendo a deficiência como uma condição humana que atravessa as questões de gênero, raça, etnia, ciclos de vida, diversidade sexual, etc.

Diante do exposto, é possível considerar que em relação à pessoa com deficiência intelectual as discussões precisam ser ampliadas, uma vez que quando acontecem, concentram-se na sexualidade com comportamento heterossexual. A negação da sexualidade ou infantilização dos sujeitos jovens e adultos com deficiência intelectual, por parte das famílias e da sociedade, apresenta-se claramente como uma ideia alicerçada na deficiência entendida como doença e limitação, sendo a homossexualidade omitida, consciente ou inconscientemente, pela reprodução de preconceitos enraizados na sociedade.

A sexualidade traz representações simbólicas, como fato cultural e histórico, e se efetiva nas crenças e valores de uma determinada sociedade. Expressar, viver seus afetos, desejos e possibilidades, ainda é algo negado as pessoas jovens e adultas com deficiência intelectual. Comumente a escola opta por discutir a sexualidade exclusivamente a partir de temas que consideram a genitália, enfatizando aspectos da sexualidade humana como:

DST's, corpo, diferenças sexuais, métodos anticoncepcionais, aparelho reprodutor feminino e masculino, com exploração dos aspectos biológicos e preventivos. Esta pesquisa, evidentemente sem desprezar qualquer dos aspectos levantados acima, pretendeu extrapolar os aspectos biológicos da sexualidade, trazendo reflexão sobre seu contexto social e cultural.

### *3.1 O jogo na escola: Sexualidade nas Trilhas da Inclusão*

Como fruto do estudo teórico e empírico realizado, tendo em vista a aplicação prática do conhecimento, desenvolvemos um produto a ser compartilhado com a sociedade, o jogo Sexualidade nas Trilhas da Inclusão. Foi possível a partir da proposição das situações-problemas, considerando a dinamização dos grupos focais e a análise do discurso dos sujeitos, promover a discussão do tema sexualidade com participação de professores especialistas em Educação Especial e alunos jovens e adultos com deficiência intelectual e identificar os temas relacionados à sexualidade que vieram a compor o jogo pedagógico. O jogo configura-se enquanto uma fonte importante de aprendizado sistematizado e significativo, uma vez que o aprendizado se efetiva na interação entre os sujeitos.

Importante destacar que o caráter ativo do sujeito na dinamização do jogo recairá no fato das figuras que compõem o tabuleiro/cartas interagirem com os participantes uma vez que indicam bônus “Carinha Feliz” (ex: avançar duas casas), ônus “Carinha Triste” (ex: ficar uma rodada sem jogar) e o “Fique de olho”, que se expressa em uma figura que apresenta uma informação relevante sobre o tema; e sua metodologia de desenvolvimento e aplicação se dará em forma de trilha. Assim, trata-se de um jogo de uso coletivo, desenvolvido para ser mediado por professores em sala de aula, considerando o aluno jovem e adulto com deficiência intelectual.

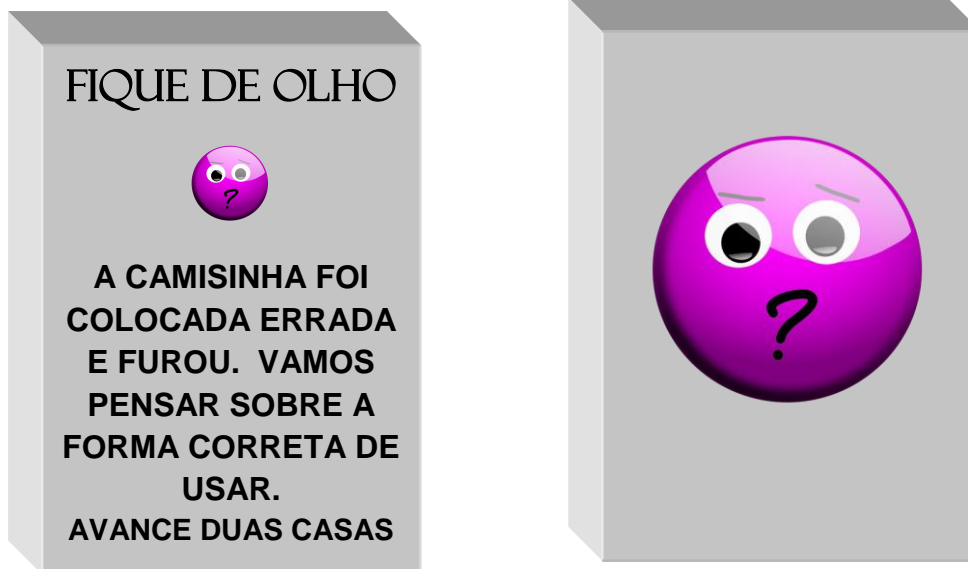
O jogo é formado por um tabuleiro (figura 1) em que se observa uma trilha com figuras - emotion (Publicdomainvectors.org) e números; peões; dado e 70 cartas (exemplo na figura 2) contendo no verso figuras encontradas no tabuleiro. Composto ainda por um manual que, como um guia prático, traz explicações sobre o funcionamento do jogo.

Figura 1 – Tabuleiro do Jogo em lona vinil



Fonte: foto do acervo pessoal

Figura 2 – Cartas do Jogo (impressas e plastificadas)



Fonte: foto do acervo pessoal

Importante destacar que a maioria dos alunos participantes da pesquisa apresenta dificuldade com a leitura (alguns não alfabetizados). A proposta interativa também aqui se fortalece, uma vez que muitas estratégias podem ser adotadas pelos professores, objetivando não tornar este fato um impedimento à participação dos sujeitos. Os *emotions* se configuraram como fator de inclusão aos que não lêem, com uso de linguagem não-verbal. A dinamização do jogo parte da organização de quem

inicia a rodada. O primeiro jogador (ou a primeira dupla/grupo) lança o dado e anda o número de casas correspondentes, e assim sucessivamente.

Os participantes dialogam o tempo todo com o jogo e o grupo, para que possam avançar. É possível que o professor selecione previamente os temas com os quais deseja trabalhar. Para tanto acompanha o jogo um manual com dicas de uso. O jogo finaliza quando um jogador (dupla ou grupo) chega ao FIM da trilha. De certo que como se trata de um jogo pedagógico, além do objetivo principal de abordar assuntos ligados à sexualidade, contribui ainda com o raciocínio lógico, concentração, tomada de atitude, desenvolvimento de estratégia, motivação para a leitura, formulação de hipóteses sobre os assuntos abordados, seleção de informações, assertividade nas respostas, respeito e uso das regras e desenvolvimento de atitudes de colaboração, interação e troca de experiências.

Assim, conclui-se tratar de um jogo de uso coletivo, desenvolvido para ser mediado por professores em sala de aula, considerando o aluno jovem e adulto com deficiência intelectual.

#### 4 Considerações Finais

Esta pesquisa se fundamentou no discurso de jovens e adultos com deficiência intelectual e professores especialistas em Educação Especial, participantes de grupos focais. Ao considerarmos o fato de que o tema sexualidade para as pessoas com deficiência intelectual ainda é cercado de preconceitos e estigmas, a proposta deste estudo considerou desmistificar este assunto, a partir da construção de um jogo pedagógico de baixo custo que trata sobre a temática da sexualidade de forma clara, didática, lúdica, informativa e relevante.

O estudo permitiu avaliar que é papel da escola, em estreita relação com as famílias, criar caminhos de orientação a respeito das questões relacionadas à sexualidade. Este argumento se fortalece ao considerarmos algumas limitações inerentes à deficiência intelectual, ao pouco ou nenhum diálogo sobre o tema, ao controle excessivo de pais ou profissionais e a falta de programas curriculares que contemplem tais aspectos de maneira contundente e científica nas escolas.

Ficou evidente com o estudo que a temática da sexualidade é uma lacuna, tanto no que diz respeito à formação dos professores, quanto da compreensão dos alunos. Daí a necessidade de inserção deste tema no cotidiano escolar e na formação dos profissionais. Inserir na escola o debate acerca da sexualidade é uma possibilidade fundamental para desvelar questões necessárias para a vida destes jovens, de autoconhecimento e de conhecimento do outro. Além de facilitar a abordagem dos professores sempre que estas questões se fizerem presentes em seu trabalho.

Os conhecimentos em relação à sexualidade, funções executadas pelo corpo, concepção/contracepção, relação sexual, entre outros aspectos abordados nos grupos focais, se mostraram bastante superficiais ou limitados, principalmente se avaliarmos a idade dos alunos envolvidos.

Estes recebem pouca, ou nenhuma informação sobre como seu corpo funciona e muitas das orientações que receberam ao longo da vida sobre sexualidade parecem ter se dado a partir de desaprovações, no intuito de reprimir quaisquer manifestações. Nenhum dos alunos relatou já ter discutido o tema na escola.

Temáticas ligadas à homossexualidade/identidade de gênero não emergiram durante a dinamização dos grupos focais. O comportamento heterossexual permeou as discussões durante todas as situações-problemas apresentadas. O tema sexualidade ainda é tratado como tabu, nem mesmo nomear o órgão genital é algo que o façam sem constrangimento ou repressão a si e ao outro. Diante disto, discutir ou colocar em pauta a homossexualidade, não parece ser algo que tenham propriedade ou mesmo coragem de tratar, considerando a vivência dos envolvidos nesta pesquisa, no momento.

Em todo processo histórico precisamos levar em consideração a dialética de continuidade-ruptura, onde o novo se faz a partir do velho e, então, por algum tempo velho e novo convivem de forma tensa, visto o compromisso de superação. Apesar das dificuldades não podemos deixar de lutar para que o novo possa emergir na forma de novas relações interpessoais, de modo crítico e inovador.

Ainda hoje a escola se depara com as marcas de sua raiz intelectualista, costuma cuidar pouco de questões que extrapolem os conteúdos tradicionais. Parece que nossa educação destrói possibilidades, pela imposição de conhecimentos que não consideram o ser humano integral e suas interrelações. Deste modo, o debate sobre a temática da sexualidade se coloca urgente e necessário no contexto atual da sociedade brasileira, em que vivemos constantes retrocessos nos aspectos legais, que incidem diretamente sobre o papel da escola na formação humana, levando em conta a totalidade do cidadão.

O estudo busca ainda estar em consonância com seu tempo histórico, tempo no qual o acesso à internet e as informações nela contidas podem se dar a todo momento. A partir da situação-problema ligada à autodefensoria/autogestão, levantaram questões como o uso do celular, que envolve: trocas de imagens/fotos em grupos criados em redes sociais (algumas vezes de conteúdo íntimo), disseminação destas imagens, conteúdo pornográfico de fácil acesso, etc. De fato, falta informação sobre como os alunos devem reagir diante destas questões. O que foi possível observar é que nem todos os alunos participantes sabem o que fazer assertivamente diante de tais conteúdos.

Em tempos de inclusão entende-se que escola, família e sociedade devem tomar para si as respectivas responsabilidades na consideração dos direitos que toda pessoa jovem e adulta com deficiência intelectual tem de viver sua sexualidade, principalmente no que se refere à superação de mitos perpetuados e usados para justificar padrões de normalidade que são verdadeiros entraves na consolidação de uma sociedade de fato inclusiva.



## Referências

AMERICAN Association on Intellectual and Developmental Disabilities. *Intellectual disability: definition, classification, and systems of supports*. Washington, DC: AAIDD, 2010.

BASTOS, Olga Maria; DESLANDES, Suely Ferreira. Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica. In: *Ciência e Saúde Coletiva*. 10(2): 389-397, 2005.

BRASIL. 4<sup>a</sup> Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CONADE. *Os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência: A transversalidade como radicalidade dos Direitos Humanos*. Brasília, 2016.

BRASIL. Autogestão e Autodefensoria: Conquistando autonomia e participação. *Projeto Sinergia*. FENAPAES. Volume 3. Brasília, 2009.

JUSTO, Tânia Maria. *Orientação Sexual na Escola*. Bolando aula. São Paulo, 1998.

LEME, Cássia V. D.; CRUZ, Emirene M. T. N. Sexualidade e Síndrome de Down: uma visão dos pais. In: *Arq Ciência e Saúde*, jan-mar; 15(1), p. 29 – 37, 2008.

LIPP, Marilda Novaes. *Sexo para deficientes mentais: sexo e excepcional dependente e não-dependente*. 3<sup>a</sup> Ed – São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo Mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. IN: *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília, v. 16, n. 2, p. 159 – 176, mai – ago, 2010.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; MARQUES, Priscila Foger. Sexualidade, Deficiência Intelectual e Vulnerabilidade: a importância da educação sexual. III Simpósio Internacional de Educação Sexual. *Corpos, Identidade de gênero e heteronormatividade no espaço escolar*. Maringá, Paraná, 2013.

OLIVEIRA, Renata R. Rocha; MAIO, Eliane Rose. Sexualidade e Síndrome de Down: a importância do ensino. II Simpósio Internacional de Educação Sexual. *Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares*. Maringá, Paraná, 2011.



PINHEIRO, Silvia Nara Siqueira. Sexualidade e deficiência mental: revisando pesquisas. In: *Revista Psicologia Escolar e Educacional*. Vol. 8, n. 2 p. 199-206, 2004.

Publicdomainvectors.org. Disponível na Internet via WWW. URL: <<https://publicdomainvectors.org>>. Acesso em 13 de março de 2016.

SÁNCHEZ, Luz Pérez; GÓMEZ, Diana Cabezas. Programa de treinamento em solución de problemas prácticos aplicado a personas com discapacidad intelectual. In: *Psicothema*. Vol. 19, nº 4, p. 578 – 584, 2007.

SILVA, Ricardo Desidério da; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Autoerotismo em sala de aula: o que pensam, como reagem e dizem fazer os professores. In: *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. V. 8, n. 3, p. 678-687, 2013.

STOFFELEN, Joke; KOK, Gerjo; HOSPERS, Harm; CURFS, Leopold. Homosexuality among people with a mild intellectual disability: an explorative study on the lived experiences of homosexual people in the Netherlands with a mild intellectual disability. In: *Journal of Intellectual Disability Research*. Volume 57, Issue 3. March, 2013. Pages 257–267. Acesso em Jun/2017.

VITALIANO, Célia Regina; MANZINI, Eduardo José. A formação inicial de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. In: VITALIANO, C. R.(org.). *Formação de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais*. Londrina: Eduel, 2010.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A Formação social da mente*. São Paulo: Martins, 1991.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Recebido em: 04 de outubro de 2017  
Revisões requeridas em: 27 de maio de 2018  
Aceito em: 25 de junho de 2018